

PABLO MENEZES E OLIVEIRA

**A FORMAÇÃO DE VILAS NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS NO
FINAL DO SÉCULO XVIII**

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DAPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2003.

PABLO MENEZES E OLIVEIRA

**A FUNDAÇÃO DE VILAS NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS NO
FINAL DO SÉCULO XVIII**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Federal de Ouro Preto como parte
dos requisitos para a obtenção do grau de
Bacharel em História.

Orientador: Andréa Lisly Gonçalves.

DAPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2003.

Agradecimentos

Esta monografia de forma alguma teria sido concluída sem a participação de algumas pessoas e instituições que aqui faço questão de citar. Agradeço à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais- FAPEMIG- pelo apoio que me foi concedido através do programa "Auxílio bolsa de iniciação científica- balcão" durante um ano, que pô fim foi o tema para a elaboração deste trabalho. Agradeço ao Departamento de história da Universidade Federal de Ouro Preto por todo o apoio prestado, em especial a Marli, que sempre nos prestou auxílio imediato. Agradeço ao professor Luiz Carlos Villalta por ter dado comigo os primeiros passos na iniciação científica e por ter acreditado a todo momento que poderia ser um bom tema este que hoje estamos tratando. Para além, seus trabalhos deram origem a muitos dos questionamentos que procuramos elucidar neste trabalho. À professora Andréa Lisly tenlio imensa gratidão por ter aceitado me orientar em um trabalho que ela não havia começado. Sempre com muita boa vontade e de um conhecimento formidável, foi essencial sua participação. À professora Patrícia Vargas agradeço por ter me orientado informalmente, por todas as ótimas leituras recomendadas, e pelos ótimos apontamentos que sempre fez em nosso trabalho. Ao professor Ângelo Carrara agradeço pelas boas recomendações de leitura e pelas explicações de temas sobre política e economia que nos pareciam confusos. Agradeço aos amigos Caion, Douglas, Fabrício, Flávio,

Marco Aurélio, Frederico, Luciano e muitos outros que sempre conversaram sobre o projeto e acreditaram nele. À Dalila dedico este trabalho, por ter a paciência de aguentar um futuro historiador em sua vida. Ao Tio Antônio e Tia Josefa agradeço por terem acreditado em tudo que este curso de História poderia oferecer. Aos meus pais, ao meu irmão e todos os familiares agradeço por terem estado comigo, mesmo espiritualmente, e ainda pelo fato de terem orgulho de ter um filho e irmão que dedicou seus estudos à História.

Resumo

Monografia de Bacharelado em História Política que analisa as fundações de vilas na Capitania de Minas no final do século XVIII. A historiografia sobre Minas Gerais setecentista têm chamado a atenção para o caráter urbano da Capitania. Porém, um exame mais atento demonstra que o número de arraiais, elevados à condição de vilas, não foi elevado, observando-se um hiato de mais de 50 anos entre a fundação das primeiras vilas e aquelas que se fundam no final do século XVIII. O objetivo dessa monografia é o de analisar as relações entre a mudança do eixo econômico/regional da área central da capitania para a Comarca do Rio das Mortes, bem como, fator correlato, da Conjuração Mineira, no estabelecimento de vilas mineiras do final do século XVIII.

Abstract

This is a Baccalaureate Final Paper in Political History, which analyses the villa foundations in Minas Captaincy by the end of the XVIII century. The historiography about Minas Gerais in the XVIII century calls attention to the urban character of the Captaincy. Although, a deep study shows that the number of "arraiais" that achieved the condition of villas, it wasn't so much. In a period of more than 50 years between the foundations of the first villas and those that were founded in the end of the XVIII century. The main issue of this baccalaureate final paper is to analyse the relationships between the economic/regional area change from the central area of the Captaincy to the "Comarca do Rio das Mortes", as well as the "Conjuração Mineira" in the establishment of "mineiras" villas in the end of the XVIII century.

SUMÁRIO

Lista de tabelas.....	VII
1. Introdução.....	08
2. Aspectos da Economia na Capitania de Minas Gerais.....	10
2.1. A Comarca do Rio das Morte e a questão agro-pastoril.....	19
Notas.....	24
3. Aspectos gerais da estrutura administrativa na América portuguesa.....	26
3.1. As estruturas administrativas locais da colônia: O Senado da Câmara.....	28
3.2 As Vilas na Capitania de Minas Gerais.....	32
Notas.....	36
4. Fundação de vilas na Capitania de Minas Gerais no final do século XVIII ..	38
Notas.....	50
5. Conclusões.....	52
6. Bibliografia.....	54
6.1. Livros e artigos.....	54
6.2. fontes primárias.....	59
6.2.1. Impresas.....	59
6.2.2. Manuscritas.....	60

Lista de tabelas

1. Tabela 1- População da Capitania em 1776.....22
2. Tabela 2-População da Capitania em 1821.....23
3. Tabela 3- Habitantes de Minas Gerais; crescimento anual entre 1776 e 1821(em%).....23

Capítulo I

Introdução

A região da Capitania de Minas Gerais foi descoberta no final do século XVII, depois de longas expedições dos paulistas pela região, em busca de pedras e metais preciosos. A estas descobertas, seguiram-se as notícias, que fizeram com que muitos afluíssem àquela região. O grande número de pessoas fez com que grandes centros populacionais se solidificassem naquela região. Neste ínterim, uma série de distúrbios e conflitos entre os colonos aconteceu na Capitania, na medida em que eram escassas as estruturas que policiavam e aplicavam a justiça no referido período. O resultado para a solução desses problemas foi a criação de vilas na Capitania, e por conseguinte casas de câmara, corpos administrativos régios que com o poder de coletar impostos, ter canal direto de comunicação com a Coroa, fomentar obras públicas, foram essenciais para a legitimação do poder nas gerais. Não obstante foram também corpos privilegiados das elites que ansiavam participar da política colonial, e dela fazer uso em seu favor. Porém, por volta da segunda metade do século XVIII a extração do ouro deu vazão à preponderância de uma economia agro-pastoril preexistente nas Minas, que tinha maior produção na comarca do Rio das Mortes. A esta nova perspectiva econômica seguir-se-á a fundação de vilas a partir do ano de 1789, as quais acreditamos terem sido resultado direto dessa nova perspectiva econômica. Tal preocupação deu

/ onde...

fonte
in-
grafi

«

«

«

hipótese

origem, em primeira instância, a um projeto na Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais, sob orientação da professora Andréa Lisly Gonçalves, e ainda a uma monografia de fim de curso.

Para responder de forma concreta estes novos desígnios, definimos um cronograma que foi seguido de modo a permitir que as respostas aparecessem para nós. Estabelecer a trajetória económica da Capitania durante o curso do século XVIII é nosso primeiro passo. Ela podem mostrar quais foram os eixos importantes da economia da Capitania, assim como as mais importantes atividades no curso do referido século. O segundo passo é entender como se deram os corpos políticos na Capitania, e qual foi o grau de influência que estes tiveram na Capitania. Lançadas estas pedras fundamentais, poderemos fazer suposições acerca do qual teria sido o objetivo da Coroa em fundar vilas no final do século XVIII na Capitania. Quais as razões e objetivos de se fundar vilas em Minas, principalmente em uma época em que, acreditava-se, as Minas estavam decadentes? Quais as vantagens para a população e a Coroa em se fundar uma vila? ~~Quais foram~~ as ligações entre a Inconfidência Mineira (1789-1791) naquelas fundações? Estas serão as repostas que tentarão ser respondidas no curso deste trabalho.

objetivos

/?

- 1- a Coroa teve um objetivo? Ou simplesmente atender burocrática e fundamentalmente demandas até ela levadas?
- 2- a pergunta não procede, desde q a Coroa não dispense um tostão com a administração camarária.
- 3- esta a questão central.
- 4- houve-as?

Capítulo II

Aspectos da economia na Capitania de Minas Gerais

Sobre a economia de Minas Gerais, no que diz respeito ao longo do século XVIII, é bastante representativo o número de trabalhos falando de uma economia que se pautava unicamente no extrativismo aurífero. Assim o é pois a região das Gerais nasceu ou teve sua descoberta orientada pela busca de metais auríferos, descoberta esta empreendida pelos paulistas, devidamente organizados em grupos, as então chamadas bandeiras.¹ A busca e conseqüente descoberta de metais, na conjuntura precisa de finais do século XVII, se deu em decorrência do declínio da empresa açucareira, que sofrera forte concorrência com os engenhos Antilhanos, o que fez com que a empresa escravista paulista, que fornecia cativos indígenas para os engenhos do Nordeste, também sofresse com as perdas da empresa açucareira.² Deste modo, os paulistas, com o objetivo de dar nova organização ao seu sistema económico, juntamente com os anseios régios de, assim como os espanhóis, encontrar metais em suas possessões na América, intensificam suas buscas pelos sertões por minerais, que seriam encontrados na região das Minas Gerais nos fins do século XVII.³ Concretizava-se naquele momento a descoberta por metais preciosos, e dava-se início a "era mineral" da América portuguesa. Embora Sérgio Buarque de Holanda tenha feito em, seus trabalhos, menção à existência de minas em São Paulo, Paranaíba, Curitiba e Paranaguá,⁴ o autor

nos diz que estas minas eram de pouca monta, razão possível a que somente as minas das Gerais tivessem passado à posteridade como grande catalisadoras da empresa aurífera na América portuguesa.

Assim, descoberto o ouro na região onde hoje se encontra Minas Gerais, temos um sem número de portugueses, sejam oriundos de regiões da colônia americana, fosse das ilhas, fosse do Reino, se deslocando para a região com o de objeto se emiquecer com o ouro, na crença de ser a empresa aurífera de fácil enriquecimento, diferentemente da empresa do açúcar, que demandava maiores somas para o seu estabelecimento.⁵ Tal fora a margem de pessoas que a esta região se dirigiu que a população no curso do século XVIII praticamente decuplicou.⁶ Como exemplo, nos afirma Boxer que ao fim do século XVII a região do Ribeirão do Carmo (atual Cidade de Mariana), Vila Rica (atual Cidade de Ouro Preto), e Sabará já se apresentassem como grandes centros de mineração, e portanto contando com um bom número de habitantes,⁷ mesmo sendo curta a sua existência como centros populacionais.

Para a cata do ouro, se valeram os primeiros colonizadores dos regatos dos rios, as chamadas faisqueiras, armados prontamente com suas bateias, bacias feitas de madeira ou metal, com um formato cônico.⁸ A estes processos seguiram-se outros mais elaborados, que podiam ser o de interrupção e desvio de rios, ou mesmo a escavação de encostas dos morros. Como resultantes destes processos iniciais de exploração das chamadas datas concedidas aos mineradores, temos para o ano de 1699 a remessa de 725 quilos de ouro

enviados a Portugal como pagamento dos tributos coletados pelos fiscais das minas.⁹ Para o curso do XVIII, seriam ainda maiores os números destas remessas. Assim, temos para o período de 1711-1715 a remessa de 6.500 quilos, e para o período de 1735-1739, 10.637 quilos.¹⁰ Ainda no curso do século XVIII teremos a descoberta de diamantes ao Norte dos centros de mineração da Capitania de Minas Gerais. Porém, ao contrário das regiões auríferas, onde a coroa obtinha lucros das atividades de extração através de coletores particulares, que eram estabelecidos por meio de contratos, ou régios, na Região Diamantífera, a coroa instituirá a Demarcação diamantina, assim como criará a Intendência dos Diamantes no ano de 1734, legando esta atividade de minerar diamantes exclusivamente ao contratador, que deveria em contrapartida pagar direitos à Coroa.¹¹ Como resultantes, somados a apuração da Bahia, Mato Grosso e Goiás, temos para o século XVIII um total de 650 quilos de Diamante extraídos na América Portuguesa.¹² Porém, como já citado anteriormente, fora o ouro que ficaria para a posteridade como única atividade da Capitania como é fartamente distribuído pelos meios de informação, e hoje fica solidificada no pensamento social.

Entretanto, em seguida ao processo inicial de grande euforia e abundância de arrecadação do ouro que se dera em fins do século XVII, e quase que metade do século XVIII, temos um período de franco declínio da cata de ouro, como visto nos quadros elaborados sobre a matéria.¹³ Para Sérgio Buarque de Holanda, a queda de produção acentuava-se desde 1763.¹⁴ Para

Caio Prado, da metade do século XVIII a diante a indústria aurífera não fizera mais que declinar.¹⁵ Como balizas desse período de auge e queda da extração aurífera, Laura de Mello e Souza nos mostra que, se o Triunfo Eucarístico, que fora a festa realizada no ano de 1733 em motivo da transferência do Santíssimo Sacramento da Igreja do Rosário para a matriz do Pilar, pode ser considerada o exemplo dos dias de ostentação e opulência da sociedade mineradora de Vila Rica, a festa do Áureo Trono Episcopal, que se deu no ano de 1748 por ocasião da chegada do primeiro Bispo à recém criada Diocese de Mariana- datada de 1747, mesmo ano em que a então Vila do Ribeirão do Carmo foi elevada à categoria de cidade com o nome de Mariana, para assim sediar o bispado- podia ser assinalada como uma festa ocorrida no período de decadência das minas.¹⁶ Ainda, podem ser utilizados como objeto de descrição do decréscimo dos trabalhos destas minas os recorrentes queixumes de algumas Câmaras das vilas- aqui representando o anseio dos mineradores- no que diz respeito às taxas cobradas frente ao declínio das minas.¹⁷ Posto assim, via-se que a sociedade mineradora, que alvoreceu no início do XVIII como a grande protagonista de lucros e facilidades àqueles que dela vivessem, via suas atividades decaírem fortemente, já na metade do referido século. Muitas foram as dúvidas por parte da Coroa sobre o fim das rendimentos advindos do ouro da Gerais. Tentara-se reorganizar a máquina administrativa na Capitania de Minas, na crença de que as quedas nos rendimentos régios se davam por conta

dos desvios do ouro,¹⁸ mas outra constatação era impossível que não esta: encerrava-se aquele período em que fartamente se enviara ouro para Portugal.

Além da extração de minerais preciosos, a Capitania de Minas Gerais também viu a existência, em seu território, de outras formas econômicas que não a então conhecida extração de minerais preciosos como o ouro e o diamante. Estabeleceu-se, naquele período, uma cultura agrícola e pastoril, o que pode ser concluído através da leitura das cartas de sesmaria,¹⁹ ou ainda por meio de inventários e testamentos,²⁰ o que mostra que a Capitania de Minas Gerais do século XVIII- nosso recorte temporal- experimentou ampla paisagem econômica. No entanto, por muito tempo esta cultura agro-pastoril fora legada por alguns historiadores à condição marginal da economia mineira, na medida em que acreditavam que esta era subordinada à produção mineral, funcionando como abastecedora de gêneros alimentícios aos centros de mineração. Desta forma, encenada a larga escala de produção do ouro, sucumbia, como a primeira, a produção agro-pastoril, experimentando as minas, pós segunda metade do XVIII aproximados, a geral decadência das minas.™ Porém, se muitos foram os trabalhos afirmando ou dando sustentação preeminência da forma econômica anteriormente citada, tem-se conhecimento de trabalhos que tiveram por objetivo trazer à luz a visão de uma Capitania que comportou em seus limites diversas atividades econômicas, e por conseguinte colocando em xeque o conceito de geral decadência das minas. Não é nosso objetivo, neste trabalho, fazer uma análise econômica minuciosa

sobre o período, mas apenas vencer as questões da existência de uma forte dinâmica econômica que, fora do dito circuito minerador, torna-se ponto essencial para se entender o fenômeno de fundação de vilas no final do século XVIII.

Como citado anteriormente, um grande volume de trabalhos foi unânime em afirmar que a Capitania de Minas se fizera pelo ouro, e portanto foram muitas as representações das formas de como se estabeleceu a economia em Minas. Acreditava-se, por tal consideração, em uma economia de caráter extremamente especializado, pelo menos no que dizia respeito à boa parte do século XVIII, considerado o século do ouro, e que portanto a Capitania de Minas teria sido abastecida com gêneros importados, em face do já citado grande grau de especialização.²² Houve também autores que acreditaram que atividades econômicas como a agro-pastoril só tiveram lugar com a estagnação da empresa aurífera. Mafalda P. Zemella assinalava em seu trabalho que o fascínio do ouro, as dificuldades de ordem jurídica, como os decretos reais que proibiam o estabelecimento de fábricas de cana e teares na Capitania, assim como a pobreza do solo eram empecilhos para o estabelecimento de atividades econômicas que não a do ouro na Capitania de Minas Gerais. No entanto, houve discursos que visavam dar novas luzes à questão da impossibilidade do estabelecimento de culturas que não as minerais na Capitania de Minas. Alguns autores afirmavam que mesmo no período da extração mineral em

larga escala já havia nas Minas uma cultura agro-pastoril. Kenneth Maxwell afirma que:

"A fazenda de Minas Gerais conjugava freqüentemente o engenho de açúcar com a mina, ou a mina com a criação de gado, ou o engenho de açúcar com a criação de gado."²⁴

Seguindo a temática de Maxwell- que aqui se figura como um exemplo de estudos sobre o assunto, para que não se caia na idéia de que as conclusões deste autor possam ter influído diretamente nos trabalhos que serão citados, apesar de acreditarmos serem as análises de Maxwell sobre a matéria um importante referencial, um marco nos estudos sobre a cultura agro-pastoril na referida localidade- encontraremos autores como Cláudia Maria Chaves, que acredita que houve na Capitania de Minas uma cultura agrícola durante todo o curso do XVIII, que com o declínio da empresa aurífera passou por uma grande "reorganização qualitativa e quantitativa", tomando por tal ato grande destaque como produtora de gêneros de abastecimento tanto direcionados ao consumo da Capitania, como de mercados de outras Capitanias, como por exemplo o do Rio de Janeiro.²³ Na mesma linha, encontra-se o trabalho de Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis que, como já citado anteriormente, extraíram suas conclusões da análise de cartas de sesmaria expedidas aos colonos da Capitania de Minas. Através da leitura do trabalho "Agricultura e escravidão em Minas (1700-1750)", e principalmente das cartas

de sesmaria nele contidas, com suas considerações sobre tamanho médio das propriedades, assim como os plantéis de escravos que estes homens possuíam, as conclusões a que se pode chegar é a de que realmente a agricultura em Minas Gerais teve números significativos, dado o grande contingente de escravos que se empenhavam na cultura agro-pastoril.²⁶ Em "Agricultura e caminhos de Minas (1700-1750)", trabalhando com os pontos referenciais utilizados por Ântonil e Tavares de Brito para estabelecer o roteiro de viagem da então Capitania do Rio de Janeiro às Minas, e ainda o da Capitania de São Paulo para as Minas, assim como com as cartas de sesmaria que faziam menção às referências geográficas utilizadas pelos referidos autores setecentistas, os autores chegam à conclusão de que havia um forte comércio de gêneros de abastecimento nas encostas dos referidos caminhos, que se deu em função do grande afluxo de pessoas que circulavam por estes, e que portanto necessitavam do estabelecimento daqueles gêneros alimentícios, assim como de pouso.²⁷ Ainda sobre a questão agro-pastoril, temos também a obra de Ângelo Alves Garrara que, através da análise de testamentos e inventários deu afirmação à existência de uma cultura agrícola e pastoril de grande monta, nas Minas setecentista.²⁸

Feitas as explanações sobre a questão mineral e agro-pastoril na Capitania de Minas, foi possível observar que a referida localidade teve em seus limites físicos uma ampla gama de atividades econômicas. Foram extraídas de seus rios e morros minerais preciosos como o ouro e o diamante.

Foram colhidos a cana, o milho, a mandioca, o feijão. Estabeleceram-se os currais. Fez-se a aguardente, o açúcar, o queijo, enfim, um relativo número de produtos. Daqui podemos, à luz das leituras estabelecidas, fazer observações que consideramos pertinentes. Embora realmente tenhamos visto que houve uma múltipla paisagem econômica na Capitania de Minas, durante o curso do século XVIII, boa parte delas esteve amarrada ao circuito minerador. Assim, nos é permitido pensar, através das análises de conjugação roça/lavras de Maxwell, a reorganização econômica que sofreu a Capitania de Minas pós segunda metade do XVIII, registada por Cláudia Chaves, e os estabelecimentos de fontes de abastecimentos alocados pelos caminhos de Minas de Guimarães & Reis. Mas o fato de que estivesse ligada à cultura extrativa não fez com que as atividades agro-pastoris sucumbissem junto com a queda de extração aurífera. Pelo contrário, esta cresceu e pôde atender a mercados que transpunham os limites da Capitania. E este crescimento significativo da agricultura após a queda da produção do ouro é que dá sustentação ao nosso trabalho. Acreditamos que várias regiões de Minas assistiram à reorganização de suas estruturas produtivas, porém tomaremos como exemplo deste processo apenas a Comarca do Rio das Mortes-designação dada a uma sub-região judiciária da então Capitania de Minas Gerais, criada no ano de 1714, juntamente com as de Vila Rica, e do Sabará-na medida em que esta região é nosso objeto de estudo. Assim, feitas as descrições sobre o estabelecimento agrícola na Capitania, passemos à

explicação da questão agro-pastoril na Comarca do Rio das Mortes, no momento em que cai nesta região a produção do ouro e o mercado toma outros rumos econômicos.

2.1 A Comarca do Rio das Mortes e a questão Agro-pastoril

A Comarca do Rio das Mortes, assim como outras localidades da Capitania de Minas, experimentou, durante o curso do século XVIII, para além da extração mineral, uma cultura agro-pastoril. Alguns dados demográficos, assim como relatos escritos sobre a referida Comarca, reunidos e trazidos à luz, mostram-nos entretanto uma região cercada de peculiaridades, que reunidas deram origem aos nossos questionamentos sobre as Minas do final do século XVIII.

Sobre a referida localidade encontramos uma profusão de relatos que podem nos auxiliar na busca por respostas aos nossos questionamentos. Alguns dizem respeito a uma economia oscilante, que ora se fazia de mineração, ora se fazia agrícola ao longo do XVIII²⁹ Ponto de partida inicial para todo historiador das minas, o Códice Costa Matoso dá-nos conta de que tendo um povoamento acentuado a partir de 1705, o Arraial Novo, futura Vila de São João d'el Rey, encontrava dificuldades, já por volta de 1750, para encontrar ouro em seus morros.³⁰ Seguido ao relato anteriormente citado, temos o de José João Teixeira Coelho que talvez nos seja elucidativo na busca

por respostas sobre a questão do declínio da economia mineratória das minas e a novas alternativas econômicas que se seguiriam à estagnação das lavras:

"A Comarca do Rio das Mortes é a mais vistosa e mais abundante de toda a capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do país, de forma que, além da própria sustentação, prove toda a Capitania de queijos, gados, carnes de porco, etc."³¹

Sérgio Buarque de Holanda, por seu turno, nos uma análise sobre aquela Comarca parecido, que viria mesmo a confirmar ou complementar o relato acima citado:

"...[N]o antigo Arraial do Rio das Mortes a cessação da exploração aurífera não impede que muito do ouro continue a afluir, mesmo nos tempos de depressão, pois abastece toda a Capitania do fruto de sua capacidade agrária, pastoril e até manufatureira."³²

Já Kenneth Maxwell em seus estudos mostrava que a economia da Capitania de Minas, pós 1760, mostrara sinais de alteração, ou na melhor das hipóteses, diversificara-se. Ainda, Maxwell acredita que o grande exemplo deste processo era a Comarca do Rio das Mortes, que como veremos adiante experimentava, por este período, um relativo crescimento demográfico. Mostra com estas conclusões assim como Sérgio Buarque de Holanda, que em momento algum houve exclusão de uma atividade econômica- leia-se a

pecuária, a agricultura a mineração, entre outras- em relação a outra. Segundo o autor, o que houve ali foi a conjugação, já citada, de lavras com roças, lavras com currais, ou mesmo currais e roças com lavras que foi capaz de vencer a idéia de geral decadência das minas.³³ A título de exemplo e mesmo de legitimação desta teoria, este autor nos afirma que os dízimos, imposto que incidia sobre todos os frutos produzidos dentro dos limites desta Capitania, apresentou poucas mudanças desde 1750, diferentemente do imposto de entrada, que incidia sobre as importações, que declinara no mesmo período.³⁴ Maria Tereza Cardoso, em perspectiva parecida com a de Maxwell, em análise econômica sobre a Comarca do Rio das Mortes, pode contribuir com a nossos estudos com a seguinte afirmação:

"Os povoados, arraiais e distritos pertencentes aos termos dessas vilas [de São José e São João d'el Rey], as maiores da Comarca, associavam mineração e agricultura de subsistência, em fazendas mistas, provendo a região de grãos, frutas, queijos, carnes e outros produtos."³⁵

A luz destes trabalho, é possível concluir que a Comarca do Rio das Mortes desde muito cedo, , experimentou uma ampla paisagem econômica. Conjugou lavras minerais e atividades agro-pastoris em seus limites, e após a segunda metade do século XVIII reorganizou-se e tornou-se conhecido distrito de abastecimento. Porém, acreditava-se que estas atividades só tomaram vulto a partir do século XIX.. Não só já era grande abastecedora das Minas no século XVIII, como também de outras Capitanias da colônia. Segundo João

Suficiente

Luís Fragoso, os produtos agro-pastoris das Minas abasteciam mercados formados pela Cidade do Rio de Janeiro e a região de cultura agrícola fluminense,³⁶ Maxwell afirma por seu turno que havia um forte comércio com a Capitania de São Paulo.³⁷ São dados que nos afastam cada vez mais da perspectiva de que houve nas Minas uma economia uniforme e especializada na mineração.

Para além dos trabalhos citados, contamos com alguns dados demográficos que trazemos à baila com o objetivo de demonstrar as perspectivas propostas sobre a Comarca do Rio das Mortes pelos autores aqui citados. João Pinto Furtado em seu trabalho nos mostra que em comparação com outras Comarcas de Minas, a do Rio das Mortes cresceu 29% no período de 1776 a 1788, período em a Capitania, segundo autores anteriormente citados, já encontrava-se em geral decadência.³⁸ Fragoso por seu turno afirma que de 1776 a 1821 a Comarca do Rio da Mortes teve um salto populacional de 82.781 pessoas para 213.617.

Tabela 1- População da Capitania em 1776

Comarcas	Homens				Mulheres				T
	B	Pa	Pr	ST	B	Pa	Pr	ST	
Rio das Mortes	16.277	7.615	26.199	50.091	13.649	8.179	10.862	32.690	82.781
Vila Rica	7.847	7.981	33.961	49.789	4.832	8.810	15.187	28.829	78.618
Sabará	8.648	17.011	34.707	60.366	5.746	17.225	16.239	39.210	90.576
Serro	8.905	8.186	22.304	39.395	4.760	7.103	7.536	19.399	58.794
Total geral	41.677	40.793	117.171	199.641	28.987	41.317	49.824	120.128	319.769

B: brancos/-as; Pa: pardos/-as; Pr: pretos/as.

fonte: *RAPM*, v. 2, p.511. In: GARRARA, Angelo Alves. *Contribuição para a história econômica da Capitania de Minas Gerais (1964-1847): estruturas agrárias e mercados internos*. Rio de Janeiro: FCS- UFRJ, 1997. [tese de doutoramento]. Anexo 5.

Tabela 2- População da Capitania em 1821

Comarcas	Homens				Mulheres				T
	B	Pa	Pr	ST	B	Pa	Pr	ST	
Rio das Mortes	42.490	23.973	59.351	125.814	35.355	23.760	28.688	87.803	213.617
Vila Rica/ Ouro Preto	6.645	11.310	19.291	37.246	6.694	18.192	13.555	38.441	75.687
Sabará	11.445	23.526	28.926	63.897	10.609	23.779	21.255	55.643	119.540
Serro	6.401	18.577	19.309	44.287	5.793	18.449	15.063	39.305	83.592
Total geral	66.681	77.386	126.877	271.244	58.451	84.180	78.561	221.192	492.436

B: brancos/-as; Pa: pardos/-as; Pr: pretos/as.

Fonte: "Notícias e reflexões estatísticas da província de Minas Gerais", por Guilherme Barão de Eschwege, RAPM, 1899, 737. In: CARRARA. Angelo Alves. *Contribuição para a história econômica da Capitania de Minas Gerais (1964-1847): estruturas agrárias e mercados internos*. Rio de Janeiro: IFCS- UFRJ, 1997. [tese de doutoramento].

Tabela 3- Habitantes de Minas Gerais; crescimento anual entre 1776 e 1821 (em %)

Comarcas	Homens				Mulheres				Total
	Branco	Pardos	Negros	Sub-total	Branco	Pardas	negras	Sub-total	
Vila Rica	-0,37	0,77	-1,26	-0,64	0,72	1,61	-0,25	0,64	-0,08
Rio das mortes	2,13	2,55	1,82	2,05	2,12	2,37	2,16	2,20	2,11
Rio das Velhas	0,62	0,72	-0,40	0,13	1,36	0,72	0,60	0,78	0,41
Serro do Frio	-0,73	1,82	-0,42	0,20	0,44	2,12	1,54	1,57	0,74
Total	1,05	1,42	0,16	0,67	1,56	1,58	1,01	1,36	0,95

Fonte: FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 96

Com base nos dados apresentados vimos que a Comarca do Rio da Mortes apresentava-se, no curso do XVIII, como região de ampla diversidade econômica. Ainda, a segunda metade do referido século veio reorganizar e fixar a atividade agropastoril nos seus limites. São as conclusões que se tiram de dados demográficos que apontam para o crescimento da Comarca pós 1776.³⁹ E o crescimento e/ou reorganização das atividades econômicas conjugadas a este surto demográfico serão alguns dos catalisadores, em nossa opinião, da fundação de vilas no final do século XVIII na Comarca do Rio das Mortes.

- ¹ BOXER, Charles R. *A idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*; tradução de Nair cie Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 58
- ² ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: FFLCH-USP, 1951. [tese de doutoramento].
- ³ BOXER, Charles R. Op. cit. p. 57
- ⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Metais e pedras preciosas". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 259
- ⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.
- ⁶ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.
- ⁷ BOXER, Charles R. Op. cit. p. 72
- ⁸ BOXER, Charles R. Op. cit. p. 64
- ⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit. p. 265
- ¹⁰ PAULA, João António de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 68
- ¹¹ PAULA, João António de. Op. cit. p. 70
- ¹² MAURO, Frederic. "Portugal e Brasil: a estrutura política e econômica do Império". In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial*. V. 1. São Paulo: Edusp, 1997. p. 468
- ¹³ PAULA, João António de. Op. cit. p. 68
- ¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit. p. 307
- ¹⁵ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. 171
- ¹⁶ SOUZA, Laura de Melo e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- ¹⁷ GARRARA, Angelo Alves. Contribuição para a história econômica da Capitania de Minas Gerais (1964-1847): estruturas agrárias e mercados internos. Rio de Janeiro: IFCS- UFRJ, 1997. [tese de doutoramento], p. 9
- ¹⁸ GUERZONI FILHO, Gilberto. *Política e Crise no sistema colonial em Minas Gerais (1768-1808)*. Sobre a questão dos desvios do ouro, MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: a inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ¹⁹ GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)". Revista do Departamento de história da UFMG. Belo Horizonte, julho de 1986, v.2
- ²⁰ CARRARA, Angelo Alves. Op. cit.
- ²¹ Sobre esta visão da decadência das Minas: JÚNIOR, Caio Prado. Op. cit.; FURTADO, Celso. Op. cit.; CANO, Wilson. "Economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII)". In: *Contexto*, 3, 1997. PAULA, Floriano Peixoto de. "Vilas de Minas Gerais no período colonial". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, julho de 1965.
- ²² Entre outros FURTADO, Celso. Op. cit. p. 73-86
- ²³ ZEMELLA, Mafalda P. Op. cit. p. 232
- ²⁴ MAXWELL, Kenneth, SILVA, Maria Beatriz N. da. "A política". In: SILVA, Maria Beatriz N. *O império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- ²⁵ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: mercadores nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 33-37.
- ²⁶ GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)" Revista do departamento de História da UFMG. Belo Horizonte, Julho de 1986, v.2. A respeito das cartas de sesmaria, p. 15-24.
- ²⁷ GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. "Agricultura e caminhos de Minas (1700-1750)" Revista do departamento de História da UFMG. Belo Horizonte, Julho de 1987, v.4
- ²⁸ CARRARA, Angelo Alves. Op. cit.
- ²⁹ ZEMELLA, Mafalda P. Op. cit. p. 247.
- ³⁰ Códice Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o Doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, centro de estudos históricos e culturais, 1999. p.230.

³¹ COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Introdução paleográfica e atualização ortográfica por Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de estudos históricos e culturais, 1994. p. 79.

¹² HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Metais e pedras preciosas". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 306-307.

³³ MAXWELL, Kenneth. "Confrontação". In: *A Devassa da devassa: a inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Sobre a questão de áreas produtoras conjugadas lembremo-nos que Alvarenga Peixoto, conhecido por seu envolvimento na Inconfidência Mineira (1789-1792), era fazendeiro de grandes posses na Região de Campanha da Princesa, na Região da Comarca do Rio das Mortes, e mantinha em sua fazenda tanto lavras como currais e plantações. Sobre esta informação, FURTADO, João Pinto. *Inconfidência Mineira: crítica histórica e diálogo com a historiografia*. São Paulo: FFLCH-USP, 2000 [tese de Doutorado].

³⁴ MAXWELL, Kenneth. Op. cit. p. 112.

³¹ CARDOSO, Maria Tereza Pereira. *Lei branca e justiça negra: crime de escravos na Comarca do Rio das Mortes (Vilas d'el Rei, 1815-1852)*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Naturais, 2002. [tese de doutorado], p. 25.

³⁶ FRAGOSO João Luís. "Economia colonial: para além de uma plantation escravista-exportadora- o caso da região sudeste-sul". In: *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998. p.125.

³⁷ MAXWELL, Kenneth. Op. cit. p. 112

³⁸ Para efeito de comparação, a Comarca de Vila Rica, aonde encontravam-se as grandes lavras minerais, decresceu no mesmo período quase 1%. Sobre a matéria, FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 96

³⁹ Quando fazemos menção ao ano de 1776 como início do crescimento da população da Comarca do Rio das Mortes, este se dá pelo fato de que neste ano é que são lançados o registro a Cláudio Manoel da Costa intitulado "Taboa dos habitantes da Capitania de Minas Gerais" que é digno de certa fidedignidade. Nada impede que este crescimento populacional seja anterior a 1776.

Capítulo 111

Aspectos gerais da estrutura administrativa na América Portuguesa

Como anteriormente pudemos observar através da análise da vida econômica da Capitania de Minas, esta experimentou, no curso do século XVIII, uma grande diversidade de sistemas produtivos, como as regiões metalíferas, as regiões agro-pastoris, atividades estas encontradas ora conjugadas, ora em separado, conforme os anseios e possibilidades daquele tempo. Ainda, em determinado grau, puderam as referidas atividades chamar para si maior ou menor grau de atenção ante às possibilidades de enriquecimento que os que nelas se embrenhassem poderiam ter. Tal perspectiva é por nós citada porque se o ouro do final do século XVII até meados do século XVIII foi o grande centro das atenções econômicas, este sistema produtivo a partir de 1750 - 1760 passaria a dividir, a dar espaço, ao reconhecimento de uma já estabelecida cultura agro-pastoril na Capitania, principalmente na Comarca do Rio das Mortes. E permeando estas atividades produtivas e extrativas, teremos então a máquina administrativa portuguesa, que se estabeleceria tanto nas Minas como em muitos outros domínios portugueses além mar, com o intuito de tributar, ordenar e garantir suas possessões geopolíticas. Para tanto, a Coroa portuguesa se valeria de uma série de aparatos administrativos, fiscais, militares, religiosos e judiciários.¹ Ainda, se apoiaria em uma série de regimentos, alvarás, cartas régias, forais, patentes,

provisões, decretos e leis.² Assim, nomeados pelos Reis e Rainhas, por secretarias e conselhos, se estabeleceriam na América, assim como em outras regiões além mar, vice-reis, governadores, capitães-mores, estas autoridades encarregadas da administração direta das colônias e capitanias, oficiais de justiça, de Fazenda, que deveriam legislar e tributar nas colônias, e corpos militares, que cuidariam do auxílio ao pronto atendimento da ordem e leis portuguesas.³ Ainda, é digna de nota a análise sobre algumas das unidades administrativas estabelecidas no interior das colônias, e talvez as principais, deixada por Caio Prado Júnior em seu trabalho:

"A Capitania forma pois a maior unidade administrativa da colônia. Divide seu território em Comarcas, sempre em pequeno(s) número(s). A comarca compõe-se de termos, com sedes em vilas ou cidades respectivas. Os termos, por sua vez, dividem-se em freguesias, circunscrição eclesiástica que forma a paróquia, sede de uma igreja paroquial, e que servia também para a administração civil."⁴

Estas foram então, basicamente, as bases administrativas que nortearam as diretrizes administrativas dos portugueses em suas possessões. Porém, a afirmação de Charles R. Boxer sobre as instituições portuguesas de administração além-mar, nos chamou a atenção sobre as estruturas que deram sustentação ao que ele chamou de Império colonial português. Segundo este autor, entre as instituições que auxiliaram Portugal na manutenção de seus

domínios figuravam-se o Senado da Câmara e as Irmandades de Caridade laicas, as chamadas Casas de Misericórdia.⁵ Assim, mesmo tendo conhecimento de uma série de outros tantos cargos políticos que deram sustentação a este Império tornou-se importante para nós entender a força daquela afirmação, e em que medida as Casas de Câmara foram tão importantes no universo colonial português, aqui exemplificado pelas Câmaras estabelecidas na Capitania de Minas Gerais. Não obstante, para a compreensão de sua importância, se faz necessário o entendimento do seu funcionamento, assim como dos interesses e benefícios em se manter esta instituição política nas colônias, tanto para os colonos como para a coroa.

3.1 As estruturas administrativas locais da colônia: O Senado da Câmara

Conforme afirmação anterior, as Casas de Câmara foram um dos grandes sustentáculos da política portuguesa de além-mar. Tal afirmação nos leva a buscar entender um pouco, os mecanismos de funcionamento desses órgãos de poder local, e as formas como permeavam todas as relações políticas e econômicas das localidades em que se inseriam.

Sobre as origens das Casas de câmara, acredita-se que estas tenham seu surgimento ligado aos concelhos, comunidade vicinal constituída de território de extensão variável, datando sua primeira instauração do início da fundação do Estado português, dotados então de certo grau de autonomia administrativa,

na medida em que tinham em sua presidência um juiz de fora, fazendo aí o papel de agente da administração pública, visto que este era um funcionário escolhido pelo rei.⁶ As evoluções que a estrutura administrativa teria sofrido no curso do tempo é por nós desconhecida, no entanto, é digno de nota que esta não terá mudanças acentuadas em suas funções e cargos do ano de 1504 até o ano de 1822.⁷ O então chamado concelho municipal, compunha-se de dois a seis vereadores, Juiz ordinário e procurador. Para a ocupação destes cargos, deveria-se estar na dignidade de "homem bom", que seriam os homens de alta distinção daquelas localidades, e ainda mais bem postos economicamente nos lugarejos então tomados vilas, locais que assim como as cidades, eram os únicos a poderem ter casas de câmara, privilégio este simbolizado pelo ato de instalação do pelourinho em praça pública, objeto este "padrão da sua jurisdição e símbolo de sua liberdade municipal".⁹ Para a ocupação dos cargos, seriam eleitos trienalmente para servir durante o período de um ano.¹⁰ Na composição destes concelhos havia ainda os cargos de Juiz de fora- que há muito fora criado em Portugal, mas que só seria estabelecido na América portuguesa a partir de 1696, ano em que o primeiro juiz de fora se estabeleceu em Salvador, na América portuguesa - designado para o cargo porque administraria melhor a justiça dos povos das vilas e cidades em que atuavam, pois não eram daqueles locais, e por tal fato não teriam qualquer tipo de rinha ou rancor de outros,¹¹ o de Juiz de órfãos, que deveriam cuidar dos interesses das viúvas e dos órfãos, o escrivão, o tesoureiro, os almotacés,

designados para a inspeção de mercados e abastecimento de gêneros alimentícios e dos preços estabelecidos, o porteiro- que muitas vezes acumulava o cargo de arquivista-, e o carcereiro. Ainda, nas grandes cidades havia também os vereadores de obras ou encarregados das obras públicas.¹² Entre as obrigações das câmaras figurava a supervisão da distribuição e arrendamento das terras municipais e comunais, o lançamento e cobrança das taxas municipais, a fixação de preços de produtos e provisões, passar licença aos vendedores ambulantes, passar licença para a construção, dar manutenção de estradas, pontes, cadeias, e demais bens públicos, regular feriados e procissões, policiar as localidades pelas quais se responsabilizavam, e zelar pelas posturas e lançar editais. Atuavam ainda, como uma espécie de tribunal de primeira instância, subjugados entretanto ao ouvidor mais próximo ou mesmo ao Tribunal da relação.¹³ Para que se pudessem estabelecer as funções acima citadas, era necessário que os concelhos tivessem renda, que provinham do aluguel das casas de sua propriedade, dos impostos sobre os produtos alimentícios e das multas passadas pelos almotacés. Porém, os concelhos freqüentemente se encontravam endividados, principalmente pelos gastos que se faziam quando das grandes e suntuosas festas e procissões religiosas, promovidas pelos concelhos, e também na manutenção e sustento das tropas.¹⁴

Segundo Maria Fernanda Baptista Bicalho, embora as câmaras tenham perdido boa parte de seu poder político na América portuguesa, com a já citada introdução do cargo de juiz de fora, e ainda com a possibilidade de

funcionários régios interferirem nas atribuições dos concelhos, ter acesso a cargos nas câmaras das possessões portuguesas significa ter acesso a honras, privilégios e signos de distinção, o que em uma sociedade de Antigo Regime era algo considerável.¹⁵ Nesta mesma linha de pensamento, Russel-Wood afirma que constantemente as câmaras municipais viam-se negociando com os governadores as melhores formas de captação de impostos, como foi o caso da forma de tributação do ouro nas minas, o que dava a estas certa relevância frente a sociedade e mesmo ante a Coroa.¹⁶ Também o fato de que apenas os homens bons da colônia pudessem ser elegíveis para o senado da câmara dava espaço para que estes pudessem advogar a favor das elites locais das quais faziam. Assim, encontra-se aí uma ligação entre o negócio público e privado. A coroa, tinha por objetivo captar impostos e estabelecer suas posturas e leis, e os chamados homens bons, enquanto participantes de elite locais instaladas nas possessões portuguesas além mar, vão se valer deste estruturas políticas para favorecer seus negócios e interesses. Como bem acentuou Júnia Ferreira Furtado no tocante a esta comunhão de interesses:

"A utilização dos homens bons em todos os níveis da administração, desde as câmaras, até as juntas da Real Fazenda e da Justiça fez com que os interesses metropolitanos e da camada dominante local estivessem permanentemente ligados"¹⁷

Assim, o fato de ter suas funções cerceadas através do tempo, não foi empecilho para que as elites locais se valessem dos benefícios e vantagens de

participar das funções políticas do senado da câmara e delas pudessem tirar proveito para advogarem em questões que lhes fossem pertinentes. Assim será também na Capitania de Minas Gerais. Desse modo, estabelecendo uma ponte entre as elites locais da colônia e a coroa, as câmaras seriam espaços privilegiados para o estabelecimento de conveniências e acordos entre partes. Postas assim as linhas gerais do funcionamento das casas de câmara segundo os moldes portugueses, podemos analisar como se deu sua atuação na Capitania de Minas Gerais.

3.2 As Vilas na Capitania de Minas Gerais

Como já dito anteriormente, a região em que se encontrava a Capitania de Minas Gerais foi descoberta, ou teve uma população regular fixada, nos fins do século XVII e início do XVIII. Tão rápido se espalharam as primeiras notícias dos achados paulistas, a esperança de enriquecimento advinda da extração do ouro fez, naquele momento, com que um sem número de pessoas, fosse de outras regiões da colônia, fosse do reino tomassem os rumos da região das gerais, gerando relativo surto populacional. A importância desse fluxo de população se evidencia no fato de que no período de extração de ouro em grande escala a população da colônia decuplicou, como já citado anteriormente.¹⁸ Para fazer frente a este surto populacional, tornou-se necessário o estabelecimento de poderes régios na região das gerais. Assim,

uma das primeiras providências foi a criação da Capitania de São Paulo e Minas Gerais, no ano 1709, através de alvará de nove de novembro de 1709.¹⁹⁹ A este ato, seguiu-se o estabelecimento, no ano de 1714, das três primeiras comarcas da capitania, que seriam a comarca do Rio das Mortes, a Comarca de Vila Rica, e a Comarca do Rio das Velhas, então sub-sedes administrativas com competências principalmente judiciárias. Por fim, no ano de 1720, por meio de alvará de dois de dezembro de 1720, separaram-se as regiões da São Paulo e Minas Gerais, dando surgimento à Capitania de Minas Gerais. Não obstante, além das fundações das estruturas acima mencionadas, que pela ordem já citada de Caio Prado Júnior seriam as mais importantes, temos as fundações de vilas, que no curso do século XVIII ocorreram no período de 1711 até o ano de 1798.

As primeiras vilas fundadas na Capitania de Minas Gerais serão estabelecidas quando da vinda do então governador da Capitania de São Paulo e Minas Gerais, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho às Minas, no ano 1711, sendo elas as vilas do Ribeirão do Carmo- que seria elevada à categoria de cidade com o nome de Mariana em 1745-, Vila Rica e Vila Real do Sabará- as duas últimas, cabeças das comarcas de Vila Rica e do Sabará, respectivamente. A Vila do Ribeirão do Carmo faria parte da Comarca de Vila Rica. Em 1712, cria-se a Vila de São João del-Rei, que seria mais tarde cabeça da Comarca do Rio das Mortes, em 1714 a Vila do Príncipe e a Vila Nova da Rainha do Mato Dentro, em 1715 a Vila Nova do Infante, em 1718 a Vila de

São José del-Rei, em 1730 a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Fanado, em 1789 a Vila de São Bento do Tamanduá, em 1790 a Vila Real de Queluz, em 1791 a Vila de Barbacena, em 1798 a Vila de Campanha da Princesa de Beira e a Vila de Paracatu do Príncipe, estabelecendo-se assim um total de quatorze vilas na Capitania.²⁰

As razões para as fundações de boa parte das vilas acima citadas foram as mais variadas, e são elas muito conhecidas pelos historiadores, pelo menos no que diz respeito à fundação de vilas até 1730. Boa parte ou quase todas estas vilas fundadas até 1730 tinham como principal atividade a extração do ouro, e portanto havia a necessidade de fundar vilas para estabelecer a ordem e leis nestas localidades, assim como estabelecer a tributação. Como exemplo, é digno de nota as razões que se alegam para a fundação de Vila Rica, em 1711:

"...Porq.^e suponho não achava o sítio m.^{to} acomodado, atendendo às riquezas q.^e prometiam as minas, q.^e há tantos anos se lavrão nestes morros e rib.^{ae} e ser a parte principal destas minas, aonde acode o comercio, e fazendas, q.^e dele, mana p.^a as mais e outras m.^{to} mais, q.^e o tempo mostraria..."²¹

Sobre as três vilas fundadas no ano de 1711, soma-se além destes fatos a preocupação em dar manutenção à precária ordem da Capitania, quebrada com a guerra do emboabas, ocorrida por volta de 1709, 1710. Os conflitos entre paulistas e emboabas se deram, preponderantemente, por posses de terras na região das minas. Estes conflitos, deram origem à necessidade de se criar

vilas, então importantes espaços de dominação.²² As outras fundações seguiam esta preocupação de dominar e organizar a vida social e econômicas dos lugares que Portugal considerasse que as riquezas minerais "promettessem". Não obstante, as câmaras atuavam nestes locais como canal de comunicação entre os governadores da Capitania e os povos, tanto que muitos editais eram levados ao conhecimento da população através das câmaras.²³ Ainda, constantemente estas negociando com a Coroa os prazos e formas de pagamento dos impostos. São recorrentes, no século XVIII, cartas e representações das Câmaras de Minas em contato com a Coroa ou os Governadores fazendo queixas sobre os impostos e sobre as ruínas das minas.²⁴ Segundo Júnia Ferreira Furtado havia uma complexa relação entre o aparelho administrativo e a população mineira, com a população sempre recorrendo à Coroa, ou ao órgão que a representavam na América, para que houvesse ali condições básicas de sobrevivência. Assim, o aparato burocrático regia as posturas municipais, resolvia brigas entre vizinhos, patrulhava regiões.²⁵ Porém, muitas serão as pessoas mais bem postas da Capitania, os já citados "homens bons" que irão se valer das estruturas administrativas para obter privilégios em seus negócios, encobrir suas práticas ilegais, como o contrabando e a sonegação de impostos.²⁶

Assim, podemos estabelecer as linhas gerais da fundação de vilas na Capitania de Minas Gerais, pelo menos no que diz respeito a fundações ocorridas até o ano de 1730. As vilas foram fundadas sob o signo do ouro,

através da necessidade de se estabelecer a ordem em uma sociedade que crescia demograficamente e demandava estruturas políticas. Alguns setores da florescente sociedade mineradora solicitavam que o Estado os amparasse, fornecendo policiamento, fixando os preços e a qualidade dos mantimentos. Outros, por seu turno, se valiam destas estruturas em favorecimento particular. Porém, conflitos historiográficos não tem nos respondido a uma questão importante: porque nos anos 1789, 1790, período em que se acredita que as minas passam por uma geral decadência são fundadas vilas na Capitania de Minas? Teria a noção de geral decadência das Minas algo a ver com estas fundações? Serão estas as perguntas que tentaremos responder no próximo capítulo.

¹ BELLOTO, Heloísa Liberalli. "O Estado administrativo no Brasil", p. 275. In: SILVA, Maria Beatriz N. *O império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

² SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 16-17. Sobre o imenso aparato burocrático utilizado pela coroa é digno de nota a discussão acerca da eficiência que este teria tido nas colônias. Raymundo Faoro defendia que a Coroa pode estabelecer uma máquina administrativa eficaz, que muito bem funcionou nas possessões. Caio Prado Júnior, por sua vez, acreditava que a complexidade e profusão de cargos e leis criara uma máquina administrativa ineficiente. Sobre esta discussão, entre outros, SALGADO, Graça. Op. cit.

³ SALGADO, Graça. Op. cit. p. 42

⁴ JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense; Publifolha, 2000. p. 315.

⁵ BOXER, Charles R. "Conselhos municipais e irmãos de caridade". In: *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Ed: 70, 1981. p. 263.

⁶ SALGADO, Graça. Op. cit. p. 24-27.

⁷ BOXER, C. R. Op. cit. p. 263.

⁸ A designação de vila é por nós citada com mais freqüência na medida em que na América portuguesa a fundação de vilas foi mais freqüente que a fundação de cidades. Essencialmente, não parecia diferir em muito suas formas de legislação. Segundo Boxer as vilas e cidades poderiam ser estabelecidas logo quando do estabelecimento do português nos locais conquistados, como foi o caso de Goa e Bahia, ou mesmo muito tempo depois da fixação. Para Russel-Wood, as vilas refletiriam a necessidade do estabelecimento de um governo em regiões anteriormente habitadas que chegassem a determinado crescimento. Sobre os pormenores desta discussão: BOXER, Charles R. "Conselhos municipais e irmãos de caridade". In: *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Ed: 70, 1981; RUSSEL-WOOD, A.J.R. "Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808". In: *Revista brasileira de história*. São Paulo: Anpuh/humanitas publicações, v.18, n° 36. 1998.

⁹ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1975. p. 60.

¹⁰ É digna de nota uma observação de Floriano Peixoto de Paula, que menciona o fato de que quando estabeleciam-se nas câmaras "homens rústicos", contratava-se um síndico, ou advogado do partido, com o intuito de que este pudesse dar aos vereadores devida assistência jurídica. Sobre o assunto, PAULA, Floriano Peixoto de. "Vilas de Minas Gerais no período colonial". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, julho de 1965. p. 281.

¹¹ LEAL, Vitor Nunes. Op. cit. p. 61

¹² BOXER, C. R. Op. cit. p. 263-264.

¹³ BOXER, C. R. Op. cit. p. 265-266.

¹⁴ BOXER, C. R. Op. cit. p. 271-272. Sobre o sustento de tropas, venBICALHO, Maria Fernanda Baptista. "As câmaras ultramarinas e o governo do Império". In: FRAGOSO, João (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica Imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p. 198-199.

¹⁵ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Op. cit. p. 199-200 e 207.

¹⁶ RUSSEL-WOOD, A.J.R. " Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808". In: *Revista brasileira de história*. São Paulo: Anpuh/humanitas publicações, v.18, n° 36, 1998. p. 207-208.

¹⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. "O outro lado da inconfidência mineira: pacto colonial e elites locais." In: *Revista de História do L.P.H. Mariana*, n° 4. 1993/1994. p. 77

¹⁸ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

¹⁹ SALGADO, Graça. Op. cit. p. 62

²⁰ PAULA, João António de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 36-37; BARBOSA, Waldemar de Almeida *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Saderb, 1971.

²¹ Bi-centenário de Ouro Preto. Ouro Preto, 1711-1911. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1ª edição. 400p.

²² SOUZA, Laura de Melo e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. p. 103.

²³ JÚNIOR, Caio Prado. Op. cit. p.325.

²⁴ Algumas trechos destas cartas podem ser encontradas em: CARRARA, Angelo Alves. Contribuição para a história econômica da Capitania de Minas Gerais (1664-1847): estruturas agrárias e mercados internos. Rio de Janeiro: IFCS- UFRJ. 1997. [tese de doutoramento].

²⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. "O outro lado da inconfidência mineira: pacto colonial e elites locais." In: *Revista de História do L.P.H. Mariana*, n° 4. 1993/1994. p. 73.

²⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. Op. cit. p. 77.

Capítulo IV

Fundação de vilas na Capitania de Minas Gerais no final do século XVIII

Traçamos até aqui as linhas gerais que consideramos primordiais a um trabalho que tem por objeto entender a fundação de vilas em Minas, no que tange ao final do século XVIII. Definimos as linhas gerais da economia da Capitania de Minas no referido século, na busca por entender o modo como se estabeleceram as várias atividades econômicas nas Gerais. Vimos que a capitania comportou uma grande diversidade econômica, que compreendia lavras de ouro, diamantes, regiões agrícolas e regiões de cultura do gado, os currais. Permeando, ou acompanhando estes processos econômicos, vimos o estabelecimento da máquina administrativa portuguesa, com destaque para as formas como se estabeleceram as vilas e nelas atuaram as Câmaras na Capitania de Minas. Reunidas então estas análises, passamos a cruzar as informações e observamos que uma série de equívocos foi pensada no que diz respeito á fundação de vilas na Capitania de Minas. Se, como afirma Joaquim Costa Ribeiro, as vilas eram estabelecidas somente quando havia condições econômicas sólidas,¹ porque seriam fundadas vilas na Capitania de Minas Gerais no final do XVIII, quando se acreditava na geral decadência das Minas- pelo menos era corrente na historiografia esta visão quando este escrevera sua obra - ? Ainda, em artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Políticos, Floriano Peixoto de Paula fazia alusão ao fato de que o declínio da cata do

ouro, a transitoriedade da estada da corte portuguesa na colônia e as lutas pela independência foram justificativas para a não fundação de vilas durante significativo período de tempo de 1814 a 1831 na Capitania.² Será que este autor não se deu conta do hiato ainda maior que houve de 1730 a 1789? Já à época de seus estudos era corrente na historiografia dizer que o declínio da extração do ouro se estagnara desde os idos de 1750, 1760, como afirmado em capítulo anterior. Será que tal fato não fora objeto de preocupação do referido autor quando fala que a decadência das minas foi fator chave para a não fundação de vilas? São questões que nos chamaram a atenção e deram início aos nossos estudos, e à luz das novas abordagens sobre a economia e a política da Capitania de Minas Gerais pretendemos responder.

Conforme citamos anteriormente, no que diz respeito à economia das Minas setecentistas, longe de passar por uma geral decadência de suas atividades econômicas, na segunda metade do século XVIII, esta passava por uma diversificação ou reestruturação de suas atividades econômicas. Assim, a partir da segunda metade do século XVIII, assistia-se a uma gradativa transferência do centro das atenções econômicas da Comarca de Vila Rica para a Comarca do Rio das Mortes. Os índices demográficos mostrados, aliados às novas perspectivas, que têm lançado os historiadores sobre a economia de Minas são prova deste processo.⁴

A questão das vantagens que poderiam ter as elites locais frente a possibilidade de participar do mundo político, e aqui particularmente

aguar

o livro
e a Espoços
bons

participar das vereanças das casas de câmara, foi ainda objeto de nossos estudos. Como visto, a participação na vida política dava possibilidade à obtenção de signos de distinção, a poder advogar em benefício próprio frente a coroa, assim como dava possibilidade a encobrir práticas ilegais e contrabandos cometidos.³ Para além disso, havia as vantagens para a população em geral de ter policiamento nas referidas localidades tornadas vilas, assim como a fomentação de obras públicas e a fiscalização do preço e qualidade dos produtos de abastecimento.⁶ Assim posto, podemos observar que era de grande benefício, sobretudo para a população livre, o estabelecimento destas formas políticas nas localidades tornadas vilas.

As vilas pelas quais optamos fazer nossas análises foram as Vilas de Queluz, fundada no ano de 1790, a Vila de Barbacena, fundada no ano de 1791, e a Vila de Campanha da Princesa, fundada em 1798. Tal opção se deu em vista do fato de que todas as localidades mencionadas faziam parte, no momento de sua fundação ou elevação à categoria de vila, na medida em que eram arraiais,⁷ da Comarca do Rio das Mortes, região como já citado, que era grande produtora de gêneros de abastecimento do período.

Geograficamente, as Vilas de Barbacena e Queluz localizavam-se nas encostas do caminho do Rio de Janeiro para as Minas Gerais, e a Vila de Campanha era caminho para aqueles que seguiam de São Paulo para as Minas,⁸ e todas estas localidades tornariam-se conhecidas por fornecer abastecimento de gêneros e pouso aos viajantes que partiam para as Minas de

ouro, assim como para os habitantes desta Capitania,⁹ São de tal monta a lucratividade deste tipo de atividades que alguns dos envolvidos na Inconfidência Mineira (1789-1792) - muitos deles pessoas abastadas -, com negócios de grandes proporções, tinham estabelecimentos desta natureza.¹⁰ No curso do século XIX, além de produtoras de gêneros, as regiões de Queluz e Barbacena eram fabricantes de panos grossos destinado ao consumo por escravos.¹¹

A Vila de Barbacena, segundo os relatos de viajantes que correram a Capitania no século XIX, era um grande centro de comércio, fato que só vem a reforçar que a queda na produção do ouro não foi fator de decadência para as Minas. Estabelecida no meio do caminho tanto dos que iam para São João d'el Rei quanto para quem ia para Vila Rica, reforçava sua posição de abastecedora de gêneros alimentícios. Como prova disto, Saint-Hilaire, que por ali passara no ano de 1830, fazia alusão ao fato de que havia em Barbacena várias lojas muito sortidas, muitas vendas e algumas hospedarias.¹² Hermann Burmeister, por seu turno, afirmava que de cada três casas, uma era venda e loja, e que estas lojas pouco ficavam a dever para as lojas do Rio de Janeiro.¹³

A Vila de Queluz inseria-se no quadro de abastecedora de gêneros. No então Arraial dos Carijós, assim como no da Borda do Campo, alguns dos habitantes se ocupam em minerar e roçar, e aqueles que não praticam a mineração era porque não achavam menos lucro na cultura dos mantimentos.¹⁴

Em revista aos inventários de Queluz feitos no século XIX, boa parte dos bens

se consistia de roças, gados e rodas de fiar, o que denotava a existência de uma cultura de gêneros fortemente arraigada naquela região. Francisco de Paula Ferreira de Rezende deixou-nos o relato de que esta região, no curso do XIX, vivia da criação de animais, da cultura da cana, da cultura de mantimentos, paia a qual a mata era boa e os capões ainda melhores.¹⁵

A Vila de Campanha também era pródiga produtora de gêneros. Contava com a cultura do fumo, da cana, da mandioca e outros gêneros.¹⁶ Para além, contava com ricas faisqueiras, compreendidas em seus distritos, que ajudam a dar opulência à Vila de Campanha.¹⁷ Ali, afirmava Martius, as ricas faisqueiras abertas a pouco- este passara por ali em 1823- nas vizinhanças, incluíam-se entre as mais ricas das então exploradas, e esta atividade conjugada com a do comércio, fazia daquela região uma das mais opulentas da Capitania.¹⁸

Como pudemos observar, eram as três localidades exemplos das transformações econômicas ocorridas na Capitania de Minas na segunda metade do século XVIII. São, por assim dizer, espelhos de uma situação de mudança do eixo econômico da Comarca de Vila Rica para a o Comarca do Rio das Mortes. Não obstante, podem ser objetos de nossas interpretações sobre em que contexto se fundaram vilas na Comarca do Rio das Mortes.

A documentação deixada sobre as fundações de vilas na Capitania foram principalmente os *Autos de fundações de vilas*, documentação feita quando da fundação de vilas ou elevação dos arraiais à categoria de vila. Os

Autos que aqui serão utilizadas foram os encontrados transcritos e publicados na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Nestes documentos podem ser encontrados os motivos pelos quais se fundaram as vilas, e assim, somadas estas a informações a outras como a questão da economia, assim como a demografia e os acontecimentos políticos que perpassavam estas fundações, podem conter as respostas para os nossos questionamentos.

O antigo Arraial dos Carijós, tornara-se Real Vila de Queluz no ano de 1790, contando quando desta ereção à vila com a presença do então governador das Minas, o Visconde de Barbacena. Sobre os motivos, seriam os seguintes:

"foi dito que lhe havendo lhe representado os indicados moradores a considerável distancia de mais de quinze, vinte e trinta léguas, que iam das suas respectivas habitações as Vilas de São José. São João de ELRei, Vila rica e Mariana a cujas justiças eram sujeitos sofrendo por este motivo consideráveis incômodos e prejuízos, nas suas dependências judiciais ate mesmo na arrecadação e administração dos bens e pessoas dos órfãos..."

"...que do mesmo modo se dificultada o pronto conhecimento, e castigo de muitos graves delitos perpetrados naquelas distantes povoações com grande detrimento da tranqüilidade, e segurança publica; em cujos termos lhe suplicavam a ereção da uma nova

vila, com corpo de câmara, e justiças competentes no Campo Alegre dos Carijós, por ser o mais central das referidas Freguesias alem de se achar situado na Estrada Real que vem da Cidade do Rio de Janeiro para estas Minas Gerais, e Capitania de Goiás..."¹⁹

No mesmo sentido, alegam os moradores da freguesia de Borda do Campo os seguintes motivos para a elevação à categoria de vila, que seria atendida no ano de 1791, com a presença do então governador o Visconde de Barbacena:

"...que eles experimentam os mais desabridos incômodos nas dependências de suas demandas, convolando uns a São José e outros ao tr.º de São João, em distancias os mais longe de trinta e seis léguas, em tempo de águas e perigosos caminhos..."

"por muitos motivos imploram com suspiros o oportuno remédio na grandeza de V. Ex.^a facultando-lhes a graça da criação de uma nova Vila no Arraial da Igreja nova da borda do Campo (...) por conter o dito arraial toda a capacidade p.^a uma numerosa povoação, situado em Estrada Geral do comércio dos viandantes do Rio de Janeiro (...) e para também os viandantes girarem seguros nos ditos caminhos, e senão experimentam tão execrandas mortes e roubos acontecidos na paragem da

Mantiqueira e freguesia da Borda do Campo, como a Vossa Excelência é notório."²⁰

Para o caso de Campanha do Rio verde, tornada Vila de Campanha da Princesa no ano de 1798. os motivos seriam os seguintes:

"...que pelo crescido numero dos seus habitantes e de outros lugares, que povoam a vasta extensão do seu distrito se tem feito tão considerável, que he uma das povoações mais importantes da Capitania de Minas Gerais, e que por estar situada por longa distancia da Vila de São João de El-Rey, cabeça da dita comarca, compreendendo alguns lugares distantes da mesma mais de cem léguas, padeciam os seus moradores gravíssimos prejuízos, e incômodos de seus pleitos..."

"... a Rainha Nossa Senhora foi servida a persuadir, e promover a tranquilidade, e segurança pública dos seus vassallos.,,"²¹

Assim, com uma primeira leitura dos documentos acima citados, podemos tirar as seguintes conclusões: a referida Comarca do Rio das Mortes, como foi mostrado através dos gráficos anteriormente citados, passava por um relativo crescimento demográfico, que teria sido decorrência provavelmente das novas paisagens económicas que experimentava a comarca. A este crescimento, somavam-se os grandes prejuízos causados pela falta de justiças competentes, o que prejudicava em muito os negócios dos homens estabelecidos nestas localidades, assim como o sossego das "gentes" que

naqueles Arraiais eram estabelecidos. Estes motivos, em última instância, deram vazão à fundação de vila nestes lugares, então bem postos demograficamente e economicamente. Porém quando pesquisamos os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, de Portugal, surgem novos questionamentos e lacunas em nossas respostas.²²

Os moradores do Arraial de Borda do Campo, segundo documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, haviam feito requerimento para que naquela localidade se estabelecesse uma vila, no ano de 1773,²³ Campanha do Rio Verde, por seu turno, fazia igual requerimento no ano de 1789.²⁴ Sobre o Arraial dos Carijós, não foram encontrados pedidos como os citados, o que não exclui, porém, a possibilidade de terem sido expedidos documentos da mesma natureza. Desta forma, surgem novos questionamentos: se a Comarca do Rio das Mortes já era, desde 1750, 1760, região onde a economia agropastoril dominava a cena e sua população crescia a passos largos, porque os pedidos iniciais de ereção de vilas daqueles arraiais não foram deferidos, e o foram somente a partir do final do século XVIII? A origem de nossa resposta pode estar nas obras de João Pinto Furtado e Luís Carlos Villalta. Dedicando estes autores a íntegra ou parte de suas obras ao estudo da Inconfidência Mineira (1789-1792), movimento arquitetado no final do século XVIII, protagonizado por pessoas de alta importância na vida política e social da Capitania de Minas, que detinham em seu poder grandes poderes políticos e económicos,²⁵ nos legaram forte hipóteses ou indícios sobre a fundação de

vilas. Sobre a fundação de vilas no final do século XVIII, afirma João Pinto Furtado:

"Por tudo o que foi exposto, não seria mera coincidência o fato de que exatamente aqueles focos de maior rebeldia da Comarca do Rio das Mortes, tenham sido logo após a repressão do levante, os primeiros (e únicos) locais atendidos no seu antigo desejo de serem alcançados a condição de vila. Isso lhes conferia o direito não desprezível na ordem setecentista, de constituir câmaras e portanto, de passar a possuir melhor representação 'dos povos' ou 'das gentes', inclusive com eventual acesso direto à metrópole na forma de petições e requerimentos que pudessem ser apresentados à revelia do governadores."²⁶

Sobre as razões económicas que levavam o governador visconde de Barbacena a fundar as vilas, diz ainda o autor:

"Era região económica em que estavam localizadas as fazendas de Joaquim Silvério dos Reis, José Aires Gomes, Domingos de Abreu Vieira e Francisco António de Oliveira Lopes, que juntos respondiam pelo mais expressivo volume de terras da Capitania."²⁷

Luís Carlos Villalta, por seu turno, afirma sobre as fundações de vilas:

"Perto da virada do século XVIII para o século XIX, a Inconfidência Mineira trazia o cheiro dos velhos motins. E em

*dado por Barbados
Tamanã dual*

1791, reprimida a conjuração, o visconde de Barbacena, percebendo esses antigos odores, deu-lhes uma resposta, transformando Igreja Nova na Vila de Barbacena, que ganhava assim representação política anos mais tarde, a coroa criou a Vila de Campanha, local onde Alvarenga Peixoto tinha terras."²⁸

As análises que podemos fazer destes estudos são únicas, e conclusivas para nosso estudo. Envolvidos em atividades económicas que conjugavam lavras de extração de ouro e empreendimentos agro-pastoris, os inconfidentes tinham seus interesses enraizados fortemente na Capitania de Minas. Dentre os inconfidentes, que somavam 24, aproximados 58% eram da Comarca do Rio das Mortes, região naquele final de século sub-representada politicamente, embora já forte economicamente.²⁹ Seus objetivos para efetivar o referido movimento, ou o que acreditamos ser a busca por melhores posições de poder no interior das estruturas administrativas portuguesas,³⁰ geraram uma série de planos e resoluções,³¹ mas o que merece maior destaque por nós era o fato de que seriam fundadas vilas nos lugares mais desenvolvidos na Capitania de Minas, locais estes que por lógica, alguns inconfidentes tinham interesses económicos e políticos. Assim, trabalhando com uma política que mesclava o "agro e o doce",³² em seguida à execução das penas dos inconfidentes, deu às localidades a que estes pertenciam, o privilégio a muito solicitado de ter Senado de Câmara nos seus arraiais, tornando-se portanto uma Vila. Este ato dava aos moradores dos arraiais a possibilidade de ter próximos de si uma

forma de representação política que os possibilitasse fomentar obras públicas, dar policiamento e fiscalização às localidades e, principalmente, dava possibilidade às elites locais acesso direto à Coroa, para poderem advogar a seu favor sobre assuntos que diziam respeito ao seus interesses, principalmente econômicos. Acreditamos que os acontecidos da Inconfidência Mineira foram ali os catalisadores de uma reorganização política que há muito se fazia necessária na Capitania de Minas. Esta, no curso dos mais de cinquenta anos que passou sem fundação de vilas, passou por significativas reorganização de suas estruturas econômicas. A tal fato seguiu-se o estabelecimento em muitas localidades de elites, que diferentemente daquelas do início do XVIII, que tinham como principal atividade a extração de minerais, estavam ligadas a atividades agro-pastoris, e se encontravam principalmente na Comarca do Rio das Mortes. Estas, indispostas com o fato de estarem sub-representada politicamente, se envolveram em fins do século XVIII, juntamente com homens de outras Comarcas da Capitania, ligados às mais variadas atividades, em conventículos que discutiam a ausência, ou perda momentânea de participação na vida política da Capitania. Estes, descobertos, julgados e sentenciados, beneficiaram outros que, apesar de não participarem daqueles conventículos, faziam coro àqueles descontentamentos. Assim, em fins do século a Inconfidência Mineira, deu voz aos muitos requerimentos para fundação ou elevação à categoria de vila de muitos lugares na Capitania de Minas, principalmente na florescente Comarca do Rio das Mortes, esquecidos

nos arquivos régios por algum tempo, e se tornaram realidade no fim de século XVIII mineiro. Naquele ato, a teoria de que só se fundavam vilas na Capitania quando haviam condições sólidas de economia se afirmava;¹³ visto que a Comarca do Rio das Mortes e suas vilas adentraram o século XIX como grandes centros de abastecimento.

¹ COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. p. 15-16.

² PAULA, Floriano Peixoto de. "Vilas de Minas Gerais no período colonial". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, julho de 1965 p.275-276.

³ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: mercadores nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 33-37.

⁴ São os autores que assinalamos como essenciais a pensar esta nova perspectiva económica mineira: CARRARA, Angelo Alves. *Capitania de Minas Gerais (1964-1847): estruturas agrárias e mercados interno*. Rio de Janeiro: IFCS- UFRJ, 1997. [tese de doutoramento]; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores nas Minas setecentistas*. São Paulo: Anablume, 1999.

⁵ Sobre os autores utilizados: RUSSEL-WOOD, A.J.R. "Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808". In: *Revista brasileira de história*. São Paulo: Anpuh/humanitas publicações, v.18, n° 36, 1998; ⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. "O outro lado da inconfidência mineira: pacto colonial e elites locais." In: *Revista de História do L.P.H. Mariana*. n° 4. 1993/1994: BICALHO, Maria Fernanda Baptista. "As câmaras ultramarinas e o governo do Império". In: FRAGOSO, João (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica Imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

⁶ BOXER, Charles R. "Conselhos municipais e irmãos de caridade". In: *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Ed: 70. 1981.

Respectivamente eram Queluz, Barbacena e Campanha, os Arraiais de Carijós, de Borda do Campo e Campanha do Rio Verde. Sobre estes topónimos: BARBOSA, Waldemar de Almeida *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Saderb. 1971.

⁸ Sobre a trajetória dos caminhos para as minas: BRITO, Francisco Tavares de. "Itinerário geográfico, com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, rossas, cútios, povoados, lugares, villas, rios, montes e serras que há na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas de ouro". Sevilha: Oficina de António da Sylva, 1732. P. 433- 434. In: *Revista do I.H.G.B.*, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1956.

⁹ GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maíra. "Agricultura e caminhos de Minas (1700-1750)" *Revista do departamento de História da UFMG*. Belo Horizonte. Julho de 1987. v.4

¹⁰ Os inconfidentes Francisco António de Oliveira Lopes e o padre Toledo tinham negócios na localidade de Borda do Campo, que envolviam grande número de escravaria, assim como bens de raiz, destinados principalmente ao cultivo, assim como Inácio Alvarenga Peixoto tinha grande número de terras destinadas a lavras, cultivo da terra e gado na Campanha do Rio Verde. O padre Manoel Rodrigues da Costa contava com bens na freguesia do Arraial dos Carijós. Sobre estes. FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

"FRAGOSO, João Luís. "Economia colonial: para além de uma plantation escravista-exportadora- o caso da região sudeste-sul". In: *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998. p. 128.

¹³ SAINT-HILAIRE, Augusto de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938. p. 114-121. (Coleção Brasileira)

¹³ BURMEINSTER. Hermann. Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tradução de Manoel Salvalerra e Hubert Schoenfeldt. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

¹⁴ REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte, v. 12, 1907. p. 610/670.

¹⁷ REZENDE. Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte, Imprensa oficial, 1987. p. 354.

¹⁶ SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Int. de Oswaldo Bueno Amorim; Atualização ortográfica Maria Lúcia Brandão Freire de Mello Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997. p. 95-97.

¹⁷ VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de estudos históricos e culturais, 1994. p. 84.

¹⁸ MARTIUS. C. F. P. Von. SPIX. J. B. Von. Viagem pelo Brasil. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 281.

¹⁹ *Revista do Arquivo público Mineiro*, ano II, v.2, 1897. p. 105-107. As correções ortográficas foram feitas por conta e risco próprios.

²⁰ *Revista do Arquivo público Mineiro*, ano I, v. 1, 1896. p. 119-120. As correções ortográficas foram feitas por conta e risco próprios.

²¹ *Revista do Arquivo público Mineiro*, ano I. v.2. 1896. p. 460-471.

²² Para buscar os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino necessários para o andamento da pesquisa, utilizamos o buscador organizado por Caio César Boschi. Sobre o assunto, BOSCHI. Caio César. *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. índices de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos históricos e culturais, 1998. 3v. (Coleção Mineiriana, Série obras de referência).

²³ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Requerimento para levantar pelourinho com privilégio de vila. Borda do Campo. (A773, 9, 9) cx.: 82, doe.: 6.

²⁴ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Requerimento solicitando a D. Maria I fundação de vila para o senado da câmara poder fomentar obras públicas. Campanha do Rio Verde. (A789, 18, 9) cx.: 131. doe.: 37.

²¹ As obras às quais nos referimos são: FURTADO. João Pinto. *O manto de Penélope*: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasís*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção virando Séculos)

²⁶ FURTADO. J. P. Op. cit. p. 159.

²⁷ FURTADO. J. P. Op. cit. p. 211.

²⁸ VILLALTA. Luiz Carlos. Op. cit. P. 54

²⁹ FURTADO. J. P. Op. cit. p. 108-120.

³⁰ Com esta afirmativa, afirmamos que conjugamos aqui das ideias sobre a Inconfidência Mineira defendidas por João Pinto Furtado em seu trabalho. FURTADO, J. P. Op. cit. p. 209

³¹ Sobre os planos e objetivos dos inconfidentes, ver: MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: a inconfidência Mineira, Brasil-Portugal. 1750-1808*. tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

³² FURTADO. J. P. Op. cit. p. 211

³³ COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. p. 15-16.

Capítulo V

Conclusões

Através de todas as análises que aqui empreendemos, pudemos observar que a fundação de vilas no final do século XVIII, fora resultado de uma série de acontecimentos, de ordens política e económica, que somente nos últimos anos tem sido consideradas pela historiografia. As Minas, longe de ter uma economia apenas pautada na extração do ouro e outros minerais preciosos, como alguns dos historiadores citados ao longo deste trabalho disseram, comportou uma gama de atividades económicas, dentre as quais se destacou a economia agro-pastoril, como outros autores afirmaram. Esta, longe de estar subjugada ao extrativismo, mesmo quando a economia do ouro estava em franca decadência, a partir de 1750, 1760, passou por uma reorganização em seu sistema de produção. Neste período, a região que mais se tomava conhecida por estar ligada a uma economia agro-pastoril seria a então Comarca do Rio das Mortes. O seu progresso económico se evidenciaria nos índices demográficos, que comprovavam que de 1776 a 1821, esta só fizera crescer, ao passo que a Comarca de Vila Rica, no mesmo período, decrescia. Porém, embora estivesse crescendo economicamente e demograficamente, encontrava-se sub-representada politicamente, contando, apesar de seu tamanho físico, com duas vilas, São José e São João d'el Rei. Muitas representações foram mandadas para a Coroa com o intuito de que

fossem fundadas vilas na Comarca do Rio das Mortes. Os pedidos foram atendidos, e no ano de 1790, 1791 e 1798 foram fundadas nos Arraiais dos Carijós, de Borda do Campo e Campanha do Rio Verde a vilas de Queluz, de Barbacena e Campanha do Princesa, respectivamente. Estas fundações, como pudemos comprovar, se deram por pelo menos dois motivos. O primeiro, foi o desenvolvimento econômico e crescimento demográfico da comarca do Rio das Mortes. Estes fatos deram surgimento a elites locais, que ansiavam ter formas de representação política nas localidades em que eram estabelecidos. Muitos destes estiveram envolvidos em conventículos que discutiam sobre política e tirania na Capitania, que passariam à posteridade conhecidos como Inconfidência Mineira (1789-1792). A preocupação com os fins que tomariam os planos e objetivos da Inconfidência fizeram com que as autoridades régias tomassem uma série de providências. Julgados os inconfidentes, procedeu-se à fundação de vilas, nos lugares em que muitos deles tinham interesses. Não que a Inconfidência fosse o fator chave, mas ajudou a desencadear uma necessidade que não tardaria em acontecer, que seria fundar aquelas vilas. Esta fundação longe de estabelecer o novo, veio somente para dar voz política a uma elite preexistente, que demandava corpos políticos que pudessem contar a seu favor, e mesmo dar suporte a uma população que crescia na Comarca do Rio das Mortes.

Capítulo VI

Bibliografia

6.1. Livros e artigos

ÁVILA, Cristina. *Hélio Gravata: Resgate bibliográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.2v.

BARBOSA, Waldemar de Almeida *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Saderb, 1971.

_____. *A decadência de Minas e afuga da mineração*. Belo Horizonte: UFMG, 1971.

_____(org.). *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. índices de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos históricos e culturais, 1998. 3v. (Coleção Mineiriana, Série obras de referência).

BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Editora 70, 1969.

_____. *A Idade de Ouro do Brasil*. Tradução de Nair de Lacerda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

CARDOSO, Maria Tereza Pereira. *Lei branca e justiça negra: crime de escravos na Comarca do Rio das Mortes (Vilas d'el Rei, 1815-1852)*.

Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Naturais, 2002. [tese de doutoramento].

^

CARRARA, Angelo Alves. *4~xrrfltrtrntção pura "a instória...econôtmea-éa Capitania de Minas Gerais (1964-1847): estruturas agrárias e mercados internos*. Rio de Janeiro: IFCS- UFRJ, 1997. [tese de doutoramento].

CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e Termos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores nas Minas setecentistas*. São Paulo: Anablume, 1999.

CINTRA, Antônio Octávio. "A função política no Brasil Colonial". *Revista Brasileira de Estudos políticos*, Belo Horizonte, janeiro de 1965.

COSTA, Joaquim Ribeiro. "Estudo histórico da divisão administrativa de Minas Gerais". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo horizonte, v. 10, 1963.

_____. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: imprensa Oficial, 1970.

ESCHWEGE, W. L. Von. *Pluto Brasiliensis*. Tradução de Domício de Figueredo Murta. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1946. 2v. (Coleção Brasileira)

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

FRAGOSO João Luís. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1998.

_____(org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica Imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação económica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

FURTADO, João Pinto. *Inconfidência Mineira: crítica histórica e diálogo com a historiografia*. São Paulo: FFLCH-USP, 2000 [tese de Doutorado].

_____. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO. Júnia Ferreira. "O outro lado da inconfidência mineira: pacto colonial e elites locais." In: *Revista de História do L.P.H. Mariana*, nº 4. 1993/1994. p. 73.

GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. "Agricultura e caminhos de Minas (1700-1750)" *Revista do departamento de História da UFMG*. Belo Horizonte, Julho de 1987, v.4

_____. "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)"
Revista do departamento de História da UFMG. Belo Horizonte, Julho de
1986, v.2

HALDEFELD, H.G.F. TSCHUDI, J. J. Von. *A província de Minas Gerais*.
tradução de Myriam Ávila; Ensaio crítico, notas e revisão da tradução de
Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro,
Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A época colonial". In: HOLANDA, Sérgio
Buarque (org.) de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de
Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1983.V.1.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime
representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Coreografia histórica da província de
Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1979.(Série
publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 3)

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: a inconfidência Mineira,
Brasil-Portugal, 1750-1808*. tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e
Terra, 1978.

PAULA, Floriano Peixoto de. "Vilas de Minas Gerais no período colonial".
Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, julho de 1965.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo
Horizonte: Autêntica, 2000.

- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Rio de Janeiro: livraria de José Olímpio, 1944 (Coleção Documentos brasileiros)
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. " Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808". In: *Revista brasileira de história*. São Paulo: Anpuh/humanitas publicações, v. 18, nº 36, 1998.
- SAÍNT- HILAIRE, Augusto de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 2v. (Coleção Brasileira)
- SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SILVA, José Joaquim da. *Tratado da geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Int. de Oswaldo Bueno Amorim; Atualização ortográfica Maria Lúcia Brandão Freire de Mello Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997.
- SOUZA, Laura de Melo e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- VASCONCELOS, Diogo Luís de Almeida Pereira de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.

VEIGA, José Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Introdução.: Edilaine Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves; Pesquisa histórica Bruno Fagundes; Leitura paleográfica e atualização ortográfica Cláudia Alves Melo. Horizonte: Imprensa Oficial, 1904. Belo Horizonte: Centro de Estudos históricos Culturais Fundação João Pinheiro, 1998. 4v em 2.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção virando Séculos)

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990.

6.2. fontes primárias:

6.2.1. Impressas:

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

Bi-centenário de Ouro Preto. Ouro Preto, 1711-1911. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1ª edição. 400p.

BRITO, Francisco Tavares de. *"Itinerário geográfico, com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, rossas, chios, povoados, lugares, villas, rios, montes e serras que há na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas de oiro"*. Sevilha: Officina de António da Sylva,

1732. P. 433- 434. ín: *Revista do J.H.G.B.*, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

COELHO, José João Teixeira, *instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Introdução paleográfica e atualização ortográfica por Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de estudos históricos e culturais, 1994.

Auto da criação da Vila de Barbacena. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, p. 119-127, 1896.

Auto de criação da Vila de Campanha da Princesa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, p.457-461, 1896.

Auto de criação da Vila Real de Queluz. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, p.66-70, 1897.

Instruções (minuta) dadas ao Visconde de Barbacena, governador da Capitania de Minas Gerais. *Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto, 1953.

6.2.2. Manuscritas:

Requerimento para levantar pelourinho com privilégio de vila. Borda do Campo. (A773, 9, 9) cx.: 82, doe: 6. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Lisboa.

Requerimento solicitando a D. Maria I fundação de vila para o senado da câmara poder fomentar obras públicas. Campanha do Rio Verde. (A789, 18, 9) cx.: 131, doe: 37. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Lisboa.

Representação dos oficiais da Câmara de Queluz, solicitando a confirmação de vila. Vila real de Queluz. (1791, 23, 6-) cx.: 136, doe: 44. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Lisboa.